

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 157.^a Sessão Ordinária
Realizada em 21 de Setembro de 1971 — (3.^a Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Bersari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenoforte Villanueva (42); achando ausentes os Srs. Deputados Antônio Maciel, Arizone Araújo, João Mansur, Nivaldo Krüger e Paulo Poli (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente, declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 97-71.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer a consignação em Ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de aplausos ao Senhor Dionízio Dal-Prá, Prefeito Municipal de Paranavaí, pela instalação do Tiro de Guerra naquela cidade. Essa conquista de grande importância à região e principalmente para os jovens, tornou-se realidade graças aos trabalhos e gestões desenvolvidas pelo Prefeito Dal-Prá. Ele envidou todos os esforços para que esta aspiração do Noroeste se concretizasse.

Da deliberação desta Casa dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Dionízio Dal-Prá.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1971.

(a) — Wilson Fortes

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Considerando:

a — Os relevantes serviços prestados à comunidade paranaense pelos radialistas, que diuturnamente e sem descanso, cumprem a missão de bem informar, aliadas à sadia distração e à difusão da boa cultura;

b — o extraordinário serviço de utilidade pública prestado por todos aqueles que militam na radiofonia, sempre com muito esforço e sacrifício;

c — a magnífica contribuição do rádio para a já alcançada integração do Estado do Paraná;

d — a passagem, na data de hoje, do "Dia do Radialista".

Rqueiro à Mesa, regimentalmente, consigne-se na Ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de regozijo pelo transcurso da data, dando-se ciência, aprovado o presente, da decisão da Casa ao Presidente do Sindicato dos Radialistas do Paraná, Senhor Paulo Branco e aos diretores das emissoras de rádio cuja relação vai em anexo, cumprimentando a toda classe pela efeméride

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1971.

(a) — **Maurício Fruct**

RELAÇÃO DE RÁDIOS DA CAPITAL

Rádio Curitibaana.

Rádio Club Paranaense.

Rádio Independência.

Rádio Marumby.

Rádio Cruzeiro do Sul.

Rádio Tinguí.

Rádio Ouro Verde.

Rádio Cultura do Paraná.

Rádio Colombo.

Rádio Guairacá.

Rádio Atalaia.

Rádio Universo.

Rádio Santa Felicidade.

Rádio Cambijú de Araucária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, ouvido o Plenário, requerem seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulação pelo transcurso, nesta data, do 8.º aniversário da fundação TV Coroados, Canal 3, da cidade de Londrina, componente dos Diários e Emissoras Associados.

Requerem, finalmente, que da manifestação da Casa dê-se ciência à Direção daquele órgão de divulgação, através de expediente próprio.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1971.

aa) **Gilberto Carvalho**

Lázaro Dumont

Antônio Costa

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro se consigne na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações com a Direção e Corpo Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavai, bem como com os já diplomados por essa Faculdade, tendo em vista o recente ato do Governo Federal que reconheceu o referido estabelecimento superior de ensino.

Requeiro, ainda, pelo mesmo motivo, que se registre igual voto Senhor Dionízio Dal Prá, ilustre Prefeito Municipal de Paranavai, que muito contribuiu para que tal medida fosse concretizada.

Finalmente, que da manifestação da Casa seja dado conhecimento aos interessados aqui indicados, expedindo-se-lhes, concomitantemente, mensagens de felicitações pelo auspicioso evento.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1971.

(a) — Wilson Fortes

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer a consignação em Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de agradecimento ao General Ayrton Pereira Tourinho, Comandante da 5.ª Região Militar, pelas gestões por ele desenvolvidas junto ao Ministério do Exército, para que fosse autorizado o Tiro de Guerra em Paranavai. Trata-se de uma velha aspiração que funcionará a partir de 1972 e se concretiza graças ao trabalho do General Tourinho junto aos altos escalões Militares do Exército.

Requer que da deliberação da Casa, seja dada ciência ao General Ayrton Pereira Tourinho.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1971.

(a) — Wilson Fortes

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Ilustríssimo Senhor Jorge Wolney Atalla, MD, Presidente da Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, sediada à rua Boa Vista, 280 4.º andar, em São Paulo, veemente apelo no sentido de que envie esforços para, que seja localizada em Jacarezinho, neste Estado, a Seção de Empacotamento do Açúcar Cristal, a ser montada, em breve, por aquela Cooperativa no norte do Estado.

A medida seria plenamente justificada considerando-se que Jacarezinho pode apresentar condições necessárias de mão-de-obra para uma empresa de tal vulto e levando-se ainda em conta, tratar-se de uma das regiões mais progressistas do Estado, capital natural do Norte Velho, com todas as facilidades de comercialização que isto representa.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1971.

(a) — Wilson Fortes

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, regimentalmente, seja transferida para amanhã a discussão do requerimento que pede C.P.I. para averiguar possíveis deficiências funcionais no DETRAN tendo em vista a ausência do seu autor, Deputado Nivaldo Krüger.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1971.

(a) — Alvaro Dias

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 200-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Distrito de Ca. telândia D'Oeste, Município de Cascavel, uma Escola Normal Estadual, de grau colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1971.

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

Formará o ginásio Estadual "Alberto Santos Dumont", existente no distrito de Cafelândia d'Oeste, no presente ano letivo, sua primeira turma, cujos alunos não poderão galgar etapa mais elevada de ensino, em face da inexistência de estabelecimento de ensino do 2.o ciclo.

Além do mais, necessário se faz dizer que o referido Distrito tem uma população de mais de 13.000 habitantes, a qual virá a ser beneficiada em seu orçamento doméstico, desde que criada a escola ora pretendida.

Assim, pois, apresentamos o presente Projeto à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e conseqüente aprovação.

Projeto de Lei N.º 201.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.o — Fica declarada de Utilidade Pública, a Sociedade São Vicente de Paula, da cidade de Rolândia.

Art. 2.o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1971.

(a) — Xenofonte Villarueva

JUSTIFICATIVA:

A "Sociedade São Vicente de Paula" de Rolândia, declarada de Utilidade Pública por Lei Municipal através de Projeto de Lei n.º 458-70, presta relevantes serviços à comunidade, estando atualmente empenhada na construção do Lar Infantil São Vicente de Paula, obra na qual foram dispendidos Cr\$ 150.000,00.

A obra em questão deverá alojar 100 crianças, o que representará para a região um desfogo nos problemas de Assistência Social.

Justificada, se faz pois necessária a aprovação da presente Lei.

ANEXO: — Fotocópia da Lei Municipal de Rolândia n.º 458-70, e estatutos contendo certidão do registro da mesma, no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, em Plenário dos ilustres Prefeitos de Jataizinho e Taguagé.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente. Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O assunto primordial que domina atualmente a opinião de todos os brasileiros, principalmente dos cafeicultores, continua sendo a ferrugem do café. Segundo dados colhidos em todos os órgãos, a ferrugem do café virá fatalmente atingir os nossos cafezais, o que constitui um sério problema, uma grave ameaça não só para a economia paranaense, mas também para a economia brasileira.

Esta Assembléia, através dos srs. Deputados, tem tomado todas as precauções e iniciativas de ordem técnica, pedindo mesmo a constituição de uma Comissão Especial, através do Deputado Muggiati Filho, para que a Assembléia não fique alheia a este problema sério, angustiante e que virá trazer conseqüências imprevisíveis para a economia do Paraná.

Ainda hoje, conversando com o Deputado Muggiati Filho, proponente da criação de uma Comissão Especial para cuidar do problema relativo à ferrugem do café, S. Exa. disse ter recebido uma correspondência de São Paulo a qual diz que novos métodos para combater a ferrugem estão para vir e cuja matéria-prima, a piritá, se encontra em abundância no Paraná. É uma notícia alvissareira e, nesta oportunidade em que todos se preocupam com a ferrugem do café, os jornais destacam em grande manchete, no dia de hoje, uma entrevista em que o Presidente do Sindicato Rural de Cornélio Procopio, o cafeicultor Wilson Baggio, preocupado como todo bom brasileiro e cafeicultor de tradição, solicita o envio ao Ministro Cirne Lima de uma série de considerações a respeito e da qual temos a honra de ler alguns trechos:

"Dentro de um ano, 735 milhões de cafeeiros em produção no Paraná poderão ser afetados pela ferrugem se medidas drásticas não forem adotadas para evitar a propagação da doença.

A cafeicultura nacional tem vivido grandes apreensões desde o descobrimento do primeiro foco de ferrugem em janeiro de 1970, no Sul da Bahia. E essas preocupações crescem dia-a-dia, mormente quando em janeiro do corrente ano, foi constatado o primeiro foco em São Paulo, no Município de Pedregulho. Desde a constatação desta terrível doença foi constatada uma profunda divergência entre os técnicos. Enquanto os técnicos do IBC e do Ministério da Agricultura advogam a tese da convivência, técnicos dos Institutos Biológico de São Paulo e Agrônomo de Campinas defendem medidas mais drásticas, para evitar o potencial de inoculante da doença.

A tese da convivência, por ter partido da área executiva, foi de imediato vitoriosa. Mas é preciso ser profundamente refletida, pois na marcha em que se apresenta a doença, dentro de mais um ano todas as áreas cafeeiras estarão contaminadas.

(Lendo): "Sabemos que o plano de renovação e revigoramento de cafezais nôsto recentemente em execução pelo IBC, com recursos da ordem de 513 milhões de cruzeiros para todo o Brasil, é muito louvável. Mas esta renovação, feita com as mesmas variedades suscetíveis à ferrugem, não resolverá o problema da produção futura nacional. As variedades resistentes à doença ainda estão em estudos e só poderão contar com pequenas quantidades a partir de 74. Julgamos que pela importância do café no Brasil, todo o dispêndio para a preservação dos cafezais do Sul é justificado. O café conta com recursos próprios para a sua defesa, pois a cota de contribuição sempre propiciou largos recursos ao Governo Federal, agora acrescido do valor das vendas dos estoques oficiais.

"Sabemos que a ferrugem jamais será erradicada do País, mas o que precisamos é retardar ao máximo a sua disseminação. A velocidade com que está se alastrando requer medidas urgentes de correção sob pena de infestação total dentro do pouco tempo. A atual renovação de cafezais por si só não resolverá o problema da produção futura e o problema social que será criado com o desemprego em massa de trabalhadores das fazendas de café".

O SR. PRESIDENTE — A Presidência adverte V. Exa. que resta apenas um minuto.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Obrigado.

Esta a razão que, dada a seriedade do problema, aproveitamos para solicitar à Presidência que se ainda não foi iniciada a Comissão Especial de Combate à Ferrugem, que se o fizesse dentro do menor tempo possível, para que os membros da referida Comissão possam emprestar com seu brilho, com seu trabalho, alguns subsídios para eliminar, ou pelo menos diminuir, o mal de "Hemiléiavastatrix" que tanto está prejudicando nosso cafezais. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

No dia 20 de agosto do ano em curso, o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba houve por bem baixar o Decreto n.º 1221, regulamentando a instalação das bancas de venda de jornais nesta Capital.

Todos têm conhecimento da celeuma causada com este ato do Sr. Prefeito Municipal. Revolta generalizada entre aqueles humildes profissionais que com honradez e dedicação vêm desempenhando seu mister de trazer ao conhecimento do povo, diariamente, os jornais de circulação estadual e nacional.

O Decreto do sr. Prefeito Municipal, conquanto traga em seu bôjo alguns dispositivos da mais alta valia, quais sejam, o da proibição terminante da venda de livros ou folhetins atentatórios à moral, traz, por outro lado, dispositivos que vêm causando verdadeira apreensão e fundado temor entre os homens que exercem esta função de banqueiros.

No decreto citado, diz, em seu artigo 3.º, através do qual fica fixado que as licenças para abertura de bancas serão sempre concedidas a título precário, ressalvado à municipalidade o direito de cassá-las, ou mudar a localização de bancas.

Ora, sr. Presidente, srs. Deputados, as bancas que atualmente estão funcionando em nossa Capital, têm elas o seu alvará concedido pela autoridade municipal, baseado na legislação vigente. Portanto seus proprietários, os beneficiários desses alvarás têm o direito líquido e certo de continuarem com suas bancas nos locais estipulados.

E esse Decreto n.º 1221 vem jogar por terra o ato do antecessor do atual Prefeito Municipal, de tal sorte que esses proprietários de bancas ficarão, doravante, continuando a vigorar esse Decreto, ao talante ao arbítrio do eventual ocupante do cargo de Prefeito Municipal de Curitiba.

Uso da palavra no Pequeno Expediente, hoje, sr. Presidente, para fazer um apêlo ao Prefeito Municipal de Curitiba, que terá, amanhã, às 16 horas, uma reunião com a Associação dos Proprietários de Bancas, no seu gabinete, para que dialogue e chegue afinal a uma conclusão que não seja tão prejudicial aos homens que vivem desse modesto comércio de bancas.

Além disso, o Decreto n.º 1.221, objetiva proibir que nessas bancas se faça o comércio de cigarros e doces. Nós sabemos por informações recebidas, que o comércio de cigarros é efetivamente o que mantém, em termos econômicos e financeiros, as modestas bancas, e as próprias Companhias de cigarros já se manifestaram nesse sentido, fazendo um apêlo ao sr. Prefeito Municipal, para que S. Exa. não proíba transações desse tipo nas bancas.

Era esse o apêlo que desejava fazer, Sr. Presidente. Srs. Deputados, na certeza de que o engenheiro Jaime Lerner, com a sensibilidade de administrador e técnico, haverá de ter sensibilidade também para os problemas humanos, com o povo, que muitas vezes não significam muito para o administrador grandemente preocupado com os problemas de uma progressista cidade, mas o administrador só se completa perfeitamente no instante em que une a capacidade técnica à sensibilidade humana do povo que está sob seu comando.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. deputado Wilson Brandão.

O SR. WILSON BRANDÃO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Hoje, queremos registrar um fato palpitante para a história do futebol paranaense, quando, nessa fala, iremos nos referir à extinção de um tradicional quadra paranaense, que foi o Grêmio Esportivo de Maringá, que

teve uma caminhada marcada de vitórias, que elevou bem alto o nome do futebol paranaense.

Como a crise no futebol é um problema de âmbito nacional, que sofre os grandes clubes, não poderia deixar de ocorrer também essa crise em Maringá e o clube não resistiu e teve seu fim. Duas vezes foi bicampeão em nosso Estado, vencendo a Seleção Russa, vencendo a grande seleção do Rapid de Viena, trazendo para o Paraná as glórias de um grande futebol.

Hoje, já registrado na Federação Paranaense de Futebol, o mérito, o Governador recebeu o primeiro título desse Clube diante de autoridades dessa nova agremiação, Prefeito e Deputados de Maringá e de todas as correntes políticas de nosso Município, o Governador Leon Peres recebeu no Palácio Iguaçu a homenagem de ser o primeiro cidadão a ser brindado com o título de Sócio Proprietário do novo Clube que surge para representar Maringá.

Srs. Deputados, o tempo é curto mas procuraremos dizer que foi fundado um novo Clube em Maringá, o qual tem um patrimônio, além de três milhões de cruzeiros, dando condições para que um Clube, como empresa, possa trazer a Maringá, ao Norte do Paraná e ao próprio Paraná o exemplo do bom futebol.

Queremos aqui registrar que o "Vale Azul Iate Clube" de Maringá tornou-se um grande clube graças a sócios operários, comerciantes e comerciais de Maringá. Hoje o "Vale Azul Iate Clube" abre suas portas e se transforma na grande conquista do futebol, dando reais condições ao esporte não somente futebol, mas a outros que ali irão ser praticados.

É com o coração triste que dizemos que o "Grêmio Esportivo de Maringá", o conhecido "Galo do Norte" teve seu fim e surgiu o "Maringá Esporte Clube", cuja constituição queremos registrar aqui nesta Casa:

Presidentes de Honra, Governador dr. Haroldo Leon Peres;

Prefeito Municipal, Dr. Adirano Valente;

Dr. Ricardo Freitas, fundador do Vale Azul Iate Clube;

Sr. Giovanni Ferraz, fundador do Vale Azul Iate Clube;

Como Presidente dessa Agremiação temos a pessoa do irmão do deputado Paulo Poli, Romão Poli Filho;

1.º Vice-Presidente — Silvio Name

2.º Vice-Presidente — Mario Drumond da Fonseca

O SR. PRESIDENTE — Lembro a V. Exa. que tem apenas um minuto para terminar sua oração.

1.º Secretário — Dr. Hamilton Perdigão Maia.

2.º Secretário — Carlos Roberto de Souza

1.º Tesoureiro — Paulo Pôrto

2.º Tesoureiro — Dr. Ovidio Rodrigues de Souza

3.º Tesoureiro — Antonio Moreno.

Esta é a constituição desse Clube. Deveríamos falar no Grande Expediente, pois merecia, o Grêmio Esportivo Maringá, esta homenagem de falarmos mais, porém, o tempo é escasso, não nos permite, é pouco. Viemos aqui registrar nesta Casa, o nosso voto perene de que o Maringá Esporte Clube, que já vai disputar este Campeonato, tenha as mesmas glórias, que dê ao Paraná as mesmas alegrias que deram o Grêmio Esportivo Maringá, que ora se finda. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Cândido de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A vida pública é feita de grandes vitórias e grandes decepções. O homem que se dispõe a servir ao seu povo pleiteando uma eleição e ocupando um cargo de destaque, deve sempre estar preparado para os bons e para os maus momentos; os bons momentos das grandes vitórias são os momentos

dos inúmeros amigos; os maus momentos, às vèzes de derrotas incompreendidas, são os momentos em que aquele homem pode julgar os verdadeiros amigos. E quantos políticos de projeção passaram pela vida pública neste Estado, deixaram a marca inesquecível de sua popularidade, e muitos foram esquecidos pelos amigos da hora do fastígio do poder; outros tem a satisfação e a gloria de, no recesso do seu lar, acalentar lembranças de obras realizadas, mas, sentem com certeza, no intimo da sua alma, a frustração do desamparo popular.

Venho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a esta Tribuna, para relatar um lado a esta Assembléia e ao povo do Paraná, demonstrando que a vida pública, apesar da vivencia de horas difíceis que proporciona aos politicos, tem, para aqueles que cumpriram com o seu dever, momentos de satisfação, momentos de alegria e que nem sempre, no instante em que se detem o poder, chega-se a perceber a beleza de toda a vida publica, a satisfação do homem que dedica a sua vida em beneficio do povo.

Quero referirme, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a um episodio que muito me comoveu, recentemente, por occasiao da visita do ex-Governador Paulo Pimentel à cidade de Pato Branco.

Sabado passado, Sua Excelencia foi a Pato Branco para uma visita de cortesia a um amigo de longa data, que comemorava mais um anno de casamento, e esta visita despretensiosa, esta visita sem o aparato do Poder Governamental, esta visita sem os annuncios constantes das radios, avistando ao povo que lá estaria um politico, esta visita, sem que fosse previamente annunciada pelos jornais, esta visita, transformou-se realmente, Srs. Deputados, em uma verdadeira consagração politica a um homem que dedicou parte da sua mocidade a causa do Paraná. E se mes venho falar neste instante como politico e para politicos, é para mostrar que o povo deste Estado sobre tudo, o mais humilde, sobre tudo, o mais sofredor, sabe a quem homenagear, dirige a sua homenagem no instante certo e na hora precisa. O Governo passado, e ninguém poderá desmentir isto, fez muito pelo Sudoeste, trouxe a Pato Branco o seu grande sonho, ligação asfaltica aos grandes centros, e aí esta Pato Branco e Ires Pinheiros. Porisso, quando Paulo Pimentel chegou a Pato Branco, sem aviso, mas como o povo sabia da sua presença, saiu às ruas para cumprimentá-lo, não mais para pedir benefícios, nem para pedir emprego ou reivindicar comandos politicos, mas para, num aperto de mão, sincero, agradecer aquilo que foi feito por Pato Branco e pelo Sudoeste do Paraná. Lá esta o sistema de abastecimento de agua iniciado, trabalhado e concluido no Governo de Paulo Pimentel que, infelizmente, não o inaugurou por questões que não convém comentar. Lá, esta o Grupo Escolar Haroldo Leon Peres, construido no Governo de Paulo Pimentel, mas o povo sabe disso, apesar de não ter sido ele a inaugurar este Grupo, e o actual Governador ter ido a Pato Branco, como se suas obras fossem, o povo homenageou o verdadeiro homem que construiu Pato Branco—Ires Pinheiros; o homem que construiu a Estação Baixacora da COPEL. E sobrevoando também nesta viagem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lá esta uma das obras monumentais do Governo de Paulo Pimentel, a Usina Julio de Mesquita Filho, plantada no coração do Sudoeste no Municipio de Dois Vizinhos. E S. Exa. o ex-Governador fez questão tambem de sobrevoar a obra de Salto Osorio, monumental obra no setor de energia elétrica, também iniciada no seu Governo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se trago estes fatos ao conhecimento da Casa, é para mostrar aos homens que estão sacrificando os seus interesses particulares, aos homens que estão sacrificando as suas próprias familias, porque o trabalho sem odio, que é o trabalho sem paixões politicas, em beneficio do povo, frutifica. Porque o trabalho é reconhecido pelo povo, ao passo que o odio, a perseguição, o combate aos inimigos politicos, sem motivo, trará também a justiça à sua frente em dias muito breves.

E o Sudoeste, nunca como hoje, está fazendo um confronto entre o Governo e o Sudoeste, que recebeu Paulo Pimentel em Pato Branco, com a presença de oito Prefeitos municipais, cujos nomes não irei citar para não lhes causar problemas administrativos no futuro, Prefeitos que lá foram, muitos entrando pela porta dos fundos e dizer: Governador Paulo Pimentel, muito obrigado pelo que fez por esta região. Muito obrigado pelo clima de tranquilidade, de amor, pelo clima de otimismo que manteve no Paraná. E Paulo Pimentel saiu de lá, eu tenho certeza, pensando no íntimo de sua consciência que está com o dever cumprido. Evidentemente, os amigos, muitos amigos do Governo lá não estavam. Muitos, é claro, porque não foram avisados, outros, se tivessem sido, lá não estariam; estiveram sempre nos momentos do poder, estiveram nos momentos da glória, do festejo, mas o homem simples, o homem do interior, o Prefeito judiado, que conversava com o Governador, que recebia não tudo o que queria, mas aquilo que podia, o Prefeito que tinha trânsito livre nas Secretarias, muitos deles lá estavam agradecendo ao ex-Governador as obras feitas então no Governo Pimentel, conuaram sendo inauguradas; agora vimos recentemente inúmeras vezes nas páginas dos jornais. Só eu tive oportunidade de contar quatro reportagens saídas em jornais da Capital, dizendo que o atual Governador entregou a Ponta Grossa um presente no dia do seu aniversário, o Instituto de Educação de Ponta Grossa. Não nego que o atual Governo tenha concluído esta obra, mas ela estava praticamente realizada com 98% de suas obras terminadas e lá está o majestoso prédio na Capital Cívica do Paraná e aqui tem deputados de Ponta Grossa, que pertenceram à equipe do então Governador Paulo Pimentel nesta Casa e que hoje empresta a sua colaboração ao atual Governo e sabem estes homens, como sabe Ponta Grossa, e sabe o Paraná que o Instituto de Educação de Ponta Grossa, foi iniciado, concluído praticamente faltando apenas o acabamento e mobiliário, dentro do Governo Paulo Pimentel.

O Sr. Eribay Saverio. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não queria interromper o pronunciamento primário, como são os pronunciamentos de V. Exa. na Tribuna, mas vou ser essencialmente sincero, cheios de reconhecimento, cheios de ternura humana, porque V. Exa. como ex-Secretário do Governo passado, pelo menos tem a honrabilidade de vir ocupar a Tribuna desta Casa para, não num confronto de realizações de um Governo que mal se inicia e de quem não se pode ainda fazer uma análise mais profunda, mas de dizer alto e bom som para o Paraná, que o povo não é ingrato, ingratos são os políticos que mudam de Governo e mudam de orientação como mudam de camisa. Antes da metade do atual Governo, nós vamos ver os mais ingratos, dançando-se para outro, lá para o lado do homem possível Governador do Paraná, escreviam-se estas palavras no dia em que eu as estou pronunciando, vamos verificar o mesmo episódio que se verificou quando faltarem oito ou doze meses para terminar o Governo Paulo Pimentel, seus mais íntimos companheiros nesta Casa bancaram-se logo para o novo Governo esboçado e V. Exa. teve a coragem cívica de vir a ocupar a sua Tribuna para dizer que o povo não é ingrato, porque o povo reconhece aqueles que para ele trabalham com dedicação, com lealdade e sobretudo com verdadeiro espírito público, como foi a grande iniciativa e a obra do Sr. Paulo Pimentel, talvez uma das maiores figuras que teve o Paraná. Não vou discutir se S. Exa. teve ou não mais recursos que o atual Governador, mas vamos discutir que nas horas mais graves por que passaram a Nação Brasileira e o Estado do Paraná, nós sempre encontramos no Governador Paulo Pimentel, aquele seu sorriso de otimismo que nos levava a nós, Deputados e a toda gente paranaense, a encarar o futuro com desassombro e com otimismo, vivendo aquelas crises uma a uma, a fim de dar ao Paraná tudo aquilo que o seu povo esperava dos seus dirigentes.

Mas, nesta oportunidade, não quero deixar também de fazer justiça, no.

O Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, aos Deputados componentes da Aliança Renovadora Nacional na legislatura passada e uma grande maioria da Bancada do MDB nesta Casa, que também tem o seu quinhão nesta grande obra administrativa, pois jamais negaram a Paulo Pimentel, os recursos que desta Casa ele solicitou, para encetar aquela obra que será reconhecida, queira ou não queiram os seus inimigos, como a maior obra administrativa do Estado do Paraná.

Fazemos votos que o Governo de Haroldo Leon Peres ultrapasse a obra de Paulo Pimentel; que arregasse as mangas e inicie o seu trabalho; que esqueça os inimigos das vésperas; que não estimule mais o seu ódio, contra aqueles de quem ele não gosta; mas que volte as suas atenções, o seu coração, aos supremos interesses do povo paranaense. Porque nós queremos também um dia ocupar a Tribuna, como V. Exa. está fazendo hoje, para elogiar a obra de um homem que não gostamos pessoalmente, mas que desejamos, com todo o coração, que seja um grande Governador. Desejamos que o Sr. Haroldo Leon Peres supere todas as metas de Paulo Pimentel, mas que não venha aqui nos seus primeiros meses, estabelecer confronto, inaugurar obras que não é sua, nem de ninguém, e sim do povo paranaense, como se fôsse apenas suas.

Portanto, nobre Colega e nobre Deputado, as minhas congratulações pela coragem cívica, pelo desassombro, pelo brilhantismo conquistado na tarde de hoje.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço a V. Exa., nobre Deputado Erondy Silvério, o aparte que ofereceu ao meu despretenhoso pronunciamento. Acredito apenas, com absoluta sinceridade, na memória do povo; na lembrança do povo; dos momentos mais sofridos sob o tacão de maus governos; e dos momentos bons, vividos numa época de sorriso; de sorriso, não o sorriso fácil e forçado, para quem quer ser simpático mas o sorriso natural de quem tem alegria, tem amor no coração e não guarde rancor e não guarde ódio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejava ainda nesta passagem, pela Tribuna desta Assembléia, fazer alguns comentários em um outro setor, eminentemente político, dentro do Partido ao qual pertença, a Aliança Renovadora Nacional.

Todos sabemos e recebemos recentemente, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, Lei n.º 5682, de 20.7.71 e a Lei posterior, 5.697, de 27.8.71, que faz alterações na Lei Orgânica dos Partidos. Este diploma legal, objetiva, como o próprio nome está a dizer, dar as normas de funcionamento, de fundação, de filiação partidária, aos partidos políticos nacionais, ensejando inclusive condições de criação e fundação de novos organismos políticos em nossa terra.

Estava realmente o País a necessitar de uma legislação que pudesse abranger a todos os dispositivos legais providos de Decretos-Leis, de atos institucionais e complementares que regiam a matéria político-eleitoral em nosso País.

E veio esta lei a que me referi, como uma grande esperança para os políticos deste País, dando normas, algumas até certo ponto drásticas, de convivência política, de convivência partidária. Apenas uma coisa esta lei não traz em seu bojo, e nem poderia evidentemente trazer, porque espera-se que esta coisa a que me refiro todos os brasileiros tragam, por formação, dentro de si. É a solidariedade partidária, é a solidariedade política, é a solidariedade entre os homens que batalham, que militam dentro da mesma agremiação política. Escolheram esta agremiação — acredito — porque têm ideais, se não iguais, pelo menos próximos da identidade. Por isso lutam para alcançar o Poder e adotar um determinado Governo que vise, que objetive, em última análise, uma implantação do bem comum. Porque para

isto foram criados os Estados, os Partidos políticos — para disputar o Poder, dentro de uma área territorial.

Infelizmente, sr. Presidente, isto que não está na lei parece que não chegou também à consciência dos políticos, porque estamos percebendo, dentro dos próprios Partidos, sobretudo dentro do Partido majoritário, uma verdadeira antropofagia política. Companheiros de Bancada, de lutas, se degladiando, alguns perseguindo os outros, sem respeitar os Vereadores, sem respeitar os Prefeitos que pertencem à ARENA, em um Governo que deve ser da ARENA, porque foi indicado por um Presidente que é chefe da ARENA nacional.

Os Partidos políticos não se reúnem e aqui vai uma confissão. Desde que me elegi Deputado, não vi, ainda uma reunião de meu Partido político, da Aliança Renovadora Nacional. Já bati às portas do seu Diretório, conversei com seu Presidente para lhe expor problemas políticos de meu Partido que estão se agravando na região que represento, o Sudoeste do Paraná, exatamente em função da antropofagia política a que me referi.

Parece que os comandos partidários dentro do Estado e, porque não dizer, dentro da Nação, usam apenas os cargos e as siglas para a disputa eleitoral, usando os fundos partidários, que vêm dos bolsos dos filiados aos Partidos, para a montagem de custosa propaganda política. Mas, no instante de providenciar, de manter a coesão dentro da Bancada ou do próprio Partido, lavam as mãos e deixam seus filiados dentro da própria arena, mas aí não é uma ARENA partidária mas uma arena dos tempos romanos, onde cristãos eram jogados para lutar com leões, com o beneplácito dos Césares.

Dentro da ARENA do Paraná alguns leões tem um Nero que baixa ou levanta o dedo, que manda degolar os próprios companheiros políticos e não encontramos guarida dentro do próprio Partido.

Pois bem. O discurso que profiro hoje é com certa dose de emoção, porque não estava ainda psicologicamente preparado para fazer esta denúncia a esta Casa e a esta Nação da maneira como ela deveria ser feita. Os partidos políticos sofrerão, dentro em breve, uma restauração, através de um sistema de filiação que, espero, não venha a tornar mais anti-democrático aquilo que já de democrático tem muito pouco. Um sistema de distribuição de fichas. E aqui estamos sentindo que, no nosso Partido, na ARENA, no âmbito nacional, está havendo uma verdadeira preocupação em se escolher para Presidente do Diretório Nacional um homem que realmente, tenha condições de comandar o Partido, de orientar os seus filiados, de defendê-los e de providenciar para sua coesão permanente.

Dentro em breve, chegará, ao Paraná, o atual Presidente da ARENA, Deputado federal Batista Ramos, que virá auscultar a ARENA, e que vai ouvir deste Deputado que lhe fala, as reclamações que temos que fazer contra nosso Partido, contra nosso próprio Governo que, sendo da ARENA, não respeita os homens da própria ARENA. Não lhes falo em meu nome, porque, a mim, dificilmente, conseguirão me atingir, mas aos meus humildes companheiros, do Interior, aos meus Vereadores, aos meus Prefeitos, que têm lutado ao meu lado, enfrentando árduas campanhas políticas sem nenhum interesse, sem nenhum interesse do Governo. E, hoje, vem o Governo da ARENA, do seu Partido, massacrando-os, espezinhando-os.

Venho, Srs. Deputados, para lançar, desta Tribuna, na Assembléia Legislativa, para apoiar um lançamento já feito no setor político nacional, o nome de um homem que governou este Estado, um homem que tirou este Estado de uma situação difícil. Refiro-me ao Senador Ney Braga, homem que representa este Estado com honradez e dignidade, na Câmara Alta do País. E, segundo comentários dos jornais de circulação nacional, o seu nome está sendo cogitado para chegar à Presidência do Diretório Nacional da ARENA.

Como Deputado da ARENA, como político da ARENA, venho aqui para testemunhar a quem ouvir este discurso, que estamos ao lado do Senador Ney Braga para Presidência do Diretório Nacional da ARENA. Porque, acreditamos que este homem, no comando supremo de nosso Partido, na Presidência do seu Diretório, conhecendo profundamente os problemas políticos paranaenses, haverá de trazer, com a sua autoridade de político, de líder popular e incontestado dentro do Paraná, a tranqüilidade, a paz, para os integrantes da ARENA, para o próprio Governo que é da ARENA e que está governando, evidentemente, com uma maioria tranqüila, com uma maioria que lhe dá condições de fazer, neste Estado, o que deseja; mas que está deixando de lado os legítimos e autênticos arenistas que sentem, na sua alma, o desejo de colaborar com a Revolução que tirou do caos este País.

O sr. Leopoldo Jacomel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Cândido Martins de Oliveira, desde o início de sua brilhante oração, estamos atentos a tão brilhante e corajoso discurso que V. Exa. está pronunciando.

No entanto, porém, ocorre e ocorreram, certas passagens na vida pública do ex-Governador que V. Exa. tanto enaltece, e que nós não temos o direito de desmerecê-lo, mas apenas, desejo fazer um reparo à injustiça que V. Exa. está cometendo desta Tribuna, com relação a obras inauguradas pelo atual governador Haroldo Leon Peres.

Lembrávamos nós da inauguração do prédio do Ginásio Municipal de Piraquara que ocorrerá a 19 de outubro de 1966, pelo Governador recém-eleito, sr. Paulo Pimentel, obra que foi iniciada, concluída e paga pelo então grande governador, atual Senador Ney Braga. V. Exa. citava que o atual Governador foi a Pato Branco para inaugurar o Grupo Escolar Haroldo Leon Peres; quero contestar o que V. Exa. diz, porque não é verdade que leva esse nome, inclusive não saiu Decreto criando o Grupo Escolar de Pato Branco. V. Exa. agora ataca violentamente o atual Governador que, como Governador da ARENA, hostiliza Deputados, Prefeitos e Vereadores da ARENA também. Quero também fazer um reparo à sua brilhante oração, e dizer a V. Exa., ao Paraná e à Casa, que nós também participamos da ARENA; nós também fomos filiados à ARENA, desde que ela surgiu no Paraná. No entanto, essa mesma pressão que determinados Deputados, no entender de V. Exa., estão recebendo do atual Governador, nós também recebemos do Governo passado, Governador que V. Exa. enaltece aqui.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — V. Exa. deveria ter reclamado, aqui.

O Sr. Leopoldo Jacomel — Chegarei lá. Quero dizer a V. Exa. que sempre fui coerente com meu Partido, aceitei a injustiça que me foi imposta pelo ex-Governador, obedecendo o critério da liderança nesta Casa. Jamais deixei de votar a favor das mensagens do ex-Governador nesta Casa e jamais reclamei o direito que me pertencia. No entanto, lutei sozinho contra todos e contra tudo no Paraná inclusive contra o poder econômico que V. Exa. cita, que o Diretório Regional distribuiu verba para propaganda. Eu não as vi. Se algum Deputado viu, eu não as vi. Entretanto, o atual Governador não pode fazer o que o ex-Governador fez, mas o Deputado pode atacar o atual Governador, enquanto que no Governo passado o Deputado era menosprezado na sua liderança, não entregando a liderança o Deputado eleito pelo povo, mas sim a um jornalista profissional. Isso podia fazer! O atual Governador não pode tomar medida nenhuma, porque é contra o Deputado e Prefeito da ARENA! Era o aparte que queria dar a V. Exa.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço o aparte de V. Exa. e respeito perfeitamente seu ponto de vista, com relação aos termos em que coloca os vários problemas que acaba de abordar no seu brilhante aparte. Apenas, nobre Deputado, "em cada cabeça uma sentença". V. Exa. pensa

dessa forma. V. Exa., por motivos que desconheço, não pretendia reagir, se realmente ocorreram esses fatos no Governo passado. Ocorre que eu reajo, eu falo, eu fui eleito para isso, tenho uma obrigação para com meu povo, para com meus companheiros de ARENA, que estão vendo seus direitos políticos entregues a adversários, a políticos que não pertencem ao nosso Partido que nem por isso deixam de ser, muitos deles, brilhantes. Mas, quanto ao fato aqui já debatido, sr. Deputado, de que o Grupo Escolar de Pato Branco não tem o nome de Haroldo Leon Peres, gostaria de informar a V. Exa. que realmente desconheço que haja um Decreto criando o Grupo Escolar Haroldo Leon Peres. Desconheço, sinceramente. Apenas me baseei, Sr. Deputado, nos jornais de circulação regional que deu esse Grupo com o nome de "Governador Haroldo Leon Peres". Aqui está a fotografia se V. Exa. desejar ver — "Grupo Escolar Haroldo Leon Peres". Se V. Exa. autorizou seus companheiros a colocar o seu nome desconheço, se o Decreto vai sair no Diário Oficial com este nome, também desconheço, porém, na cidade, o Grupo é conhecido como Grupo Escolar Governador Haroldo Leon Peres".

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não era minha intenção apartear-lo, mas sou obrigado. Aliás, peço ao Sr. Presidente, que me inscreva para que possa falar em Explicação Pessoal.

V. Exa. está cometendo algumas injustiças e vou citar uma só.

Realmente, não foi criado ainda o Grupo Escolar recentemente construído. Não é verdade que ele tenha sido construído e pago no Governo passado e inaugurado neste Governo.

Sei, perfeitamente, que existe um Convênio de 60 mil cruzeiros firmado entre a Fundepar e a Prefeitura de Pato Branco. Dos 60 mil cruzeiros prometidos foram pagos no Governo passado apenas 20 mil cruzeiros.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Em que ano foi firmado esse Convênio?

O sr. Ivo Tomazoni — No ano de 1968 para início de 1969. Veja V. Exa. que depois houve, com referência a esse Convênio, um aditivo aumentando a importância de 60 para 80 mil cruzeiros, neste Governo. Quando o Governador Haroldo Leon Peres assumiu o Governo o Grupo Escolar estava em suas fundações, daí não ter recebido a segunda parcela do contrato, porque está na Fundepar o histórico da construção. O Grupo foi concluído uma semana antes da sua inauguração e não está concluído porque falta o muro. 54 mil cruzeiros do total de 80 mil que foram pagos neste Governo e levei, há 15 dias, os restantes 20 mil cruzeiros em cheque.

Não há Decreto que tenha denominado aquele Grupo de "Governador Haroldo Leon Peres" e nem isto é proibido, porque V. Exa. tem o seu nome em mais de quinze Grupos Escolares naquela região, e foi Secretário de Educação; o ex-Governador Paulo Pimentel, com justiça para ele, tem, no mínimo, 10 Grupos Escolares, na minha região, com seu nome.

V. Exa. cometeu outra injustiça. Sempre que alguém fala em Pato Branco sinto-me parte daquela Cidade e daquele Município porque quero e amo a sua gente. Não é verdade que, certos políticos quando ele era Governador, sempre estiveram com ele na cidade e agora se ausentaram. Duas visitas fez V. Exa. o Dr. Paulo Pimentel a Pato Branco como Governador do Estado, e vou sentir na carne o que V. Exa. está sentindo hoje, a represália. Muitas vezes, desta Tribuna, reclamei. Não estive com ele lá nos bons tempos de Governo, mas nunca deixei de votar, com ele, leis que pudessem dar ao Paraná a obra administrativa que deu. É problema de formação. Não fujo à responsabilidade que me é atribuída, senão pelo Partido, mas pelo Governo que detém a responsabilidade de bem administrar, administrar com seus amigos em quem confia, em falar em nome dele em Pato Branco e em outros Municípios.

Não estamos perseguindo, até pelo contrário. São meus Vereadores que,

injustamente estão tendo seus mandatos extintos pela prepotência de determinados Prefeitos Municipais que convocam reuniões extraordinárias do Poder Legislativo Municipal, sem dar ciência aos Vereadores, fabricando ausências. E, eu, num mandado de segurança devo provar que durante o período de recesso não cabe sanção de extinção de mandato por falta, porventura, cometidas.

Devo ir à Tribuna depois para dar alguns esclarecimentos. Mas, antes de tudo devo louvar V. Exa. pela amizade, pelo apreço, pela maneira carinhosa com que V. Exa. reverencia a figura de um homem que, tendo passado pelo Governo do Estado, soube deixar amigos. V. Exa., realmente, é um grande amigo do ex-Governador do Estado. Louvo a sua atitude e quero crer, também, que a presença do nobre Deputado com o ex-Governador em Pato Branco, não se deve à maneira de pretender V. Exa. apresentar represálias à conduta do atual Governador. Que ela deva, Sr. Deputado, representar a amizade, o apreço e o respeito que V. Exa. dedica ao ex-Governador, nunca como forma de represália ao atual Governador, como eu, em certa fase da oração de V. Exa., quase depreenhi. Perdoo-me se entendi mal.

O SR. CÂNDIDO DE OLIVEIRA — Eu não disse, em nenhum instante das minhas palavras, que o ex-Governador Paulo Pimentel fôra a Pato Branco para significar uma represália ao atual Governador, o contrário, no discurso de Sua Excelência — está gravado provavelmente na Rádio de Pato Branco — discurso proferido por ocasião de um almoço que lhe foi oferecido por amigos, discurso este onde Sua Excelência conclamava os amigos daquela cidade a se unirem em torno das boas causas do atual Governador porque enfim tudo é Paraná — segundo palavras de Sua Excelência — e este Estado precisa continuar no seu ritmo de progresso, no seu ritmo de trabalho, jamais passou pela idéia de Sua Excelência ou à minha, uma represália, nesta visita, ao atual Governador. Nem poderia!

O Sr. Ivo Tomazoni — Nobre Deputado, agora eu acho que estamos nos entendendo.

Eu disse que louvava a sua atitude, de prestigiar um homem que foi grande amigo de V. Exa., e louvava porque sabia ter estado V. Exa. em Pato Branco, pela amizade e pelo respeito e pela consideração que ele lhe merece e, que não pretendia ver, na presença de V. Exa. com o ex-Governador, qualquer atitude de V. Exa. que representasse represália pelo comportamento, segundo V. Exa., mal posto, do atual Governador em relação a V. Exa. e a companheiros de V. Exa..

Era isto que eu queria dizer e, quanto ao discurso — eu o tenho gravado em minha casa — eu o considero como uma palestra de alto nível, no sentido de pregar a união dos paranaenses em torno do atual Governo. Esta foi a tônica do seu pronunciamento, muito embora as reuniões que se realizaram a portas fechadas e V. Exa. participou delas, segundo informações que me foram trazidas, tenham tido também aquela dosagem política, acentuadamente política e nós deveríamos, na formação do Partido naquela cidade, lutar democraticamente porque jamais, e há um município que nunca escondeu livros de filiação partidária — como ocorreu na ARENA em tantos municípios do Sudoeste, em Pato Branco os livros jamais ficaram escondidos, e à disposição ficaram de qualquer brasileiro que quisesse engrossar as fileiras da ARENA, para um Paraná maior, mais rico, mais pujante.

O SR. CÂNDIDO DE OLIVEIRA — Inclusive não há mais porque esconder-se livros, hoje a filiação é processada por fichas partidárias.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Interrompi V. Exa. para fazer justiça, realmente, não só ao nobre Deputado Ivo Tomazoni, mas também ao Deputado Leopoldo Jacomet, mas, como a grande maioria dos Deputados da ARENA na Legislatura passada, repetindo aquilo que já disse principalmente o Deputado Leopoldo Jacomet, embora sentindo na carne represálias políticas de Municípios que ele conquistou

através do voto e comando político, jamais deixou de votar aqui favoravelmente às Mensagens do Governo anterior, bem como o nobre Deputado Ivo Tomazoni, sempre encontrei nesses dois companheiros, meus liderados naquela oportunidade, para honra minha, a maior boa vontade na condução dos negócios do Governador Paulo Pimentel. Feito este reparo, queria associar-me a V. Exa. ainda uma vez, quando V. Exa. brada contra a apatia dos atuais dirigentes da ARENA no Paraná, que assistiram impassíveis a um massacre de companheiros arenistas nas últimas eleições, com medo de contrariar o futuro Governador Haroldo Leon Peres; jamais tomaram uma atitude, jamais pronunciaram uma palavra em favor deste Deputado, de V. Exa., do Deputado Paulo Camargo, do Deputado David Federinatti e tantos outros Deputados que foram massacrados nas últimas eleições.

O Presidente da ARENA, hoje Senador da República, com quem percorri todos os bairros de Curitiba levando o seu nome, porque estava acima de tudo a luta de um companheiro partidário, jamais teve uma palavra em meu favor. Como Presidente da ARENA, os demais dirigentes da ARENA curvaram-se todos à prepotência do então futuro Governador Haroldo Leon Peres. E se isso continuar, da mesma forma, não adianta a nova lei de Partidos, não adianta V. Exa. lançar o nome de quem quer que seja para a direção da ARENA, não adianta senão se renovarem os costumes ou se colocarem homens de composição moral e de coragem cívica nos postos diretivos dos Partidos, continuaremos assistindo o mesmo espetáculo triste que assistimos nas últimas eleições parlamentares deste Estado.

Queira Deus, esteja enganado, mas acho que não estou enganado. Porisso mesmo, é que este será meu último mandato na vida pública, desencantado, desiludido com a covardia dos dirigentes da ARENA do Paraná. Era o aparte.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA. — Agradeço o aparte de V. Exa. bem como o aparte do nobre Deputado Ivo Tomazoni, e continuo, Sr. Presidente e eminentes Srs. Deputados, entendendo que divergências político-partidárias se tivessem a portas fechadas, onde ressoam uma oportunidade de diálogo, de debates, de idéias, a respeito dos problemas políticos de cada um, não precisaríamos estar hoje quem sabe, vivendo esta tarde na Assembléia Legislativa, onde um Deputado Estadual da ARENA, usa da Tribuna para fazer este tipo de discurso.

Infelizmente, sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a repetir, desde que me elegi Deputado estadual, não fui uma vez só comunicado de qualquer reunião dos órgãos diretivos de meu Partido.

E volto a reafirmar, antes deste pronunciamento ou de qualquer tomada de posição pessoal dentro desta Casa, procurei o atual Presidente da seção paranaense da ARENA, Senador João de Mattos Leão, entreguei a S. Exa. por escrito, os problemas políticos que tinha na minha região, os problemas dentro da própria ARENA, recebi de S. Exa. as seguintes palavras: De que dentro no máximo de 20 dias, me daria uma resposta a respeito do problema. Os vinte dias se transformaram praticamente em quatro meses, e até hoje, não tive a satisfação de receber sequer um telefonema de S. Exa.

Porisso, acredito, nobre deputado Erondy Silvério, que o vício é de formação partidária, que o vício é de formação política, e nós precisamos, realmente, colocar nos postos de comandos dos Partidos políticos, homens de sensibilidade política, de coragem moral, de coragem cívica, como bem disse V. Exa.

E porisso, vim aqui para apoiar, pessoalmente, humildemente, sei que isso pouco significa, mas é uma voz da ARENA do Paraná apoiando o nome do sr. Ney Braga para Presidente do Diretório Nacional da ARENA.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho ainda um assunto para tratar nesta tarde, desta Tribuna, assunto de emergência e assunto de gravidade. Gostaria que aqui estivesse o nobre Deputado Nivaldo Krüger, que poderia, quem sabe, porque li nos jornais que S. Exa. está perfeitamente cômico do pro-

blema que aqui vou abordar. É o problema de terras do Município de Matelândia, numa área denominada Ponte Queimada. Fui procurado ontem por alguns elementos, posseiros daquela região, que vieram trazer a nós, assim como, levar às autoridades, esta sua apreensão, pela eclosão, dentro em breve, se medidas não forem adotadas com relação ao problema de terras daquela área.

Todos nós temos, na lembrança, os feitos dramáticos ocorridos ainda recentemente na localidade de Ponte Queimada, quando alguns elementos representantes da firma que se diz proprietária da grande área de terras, foi morto por posseiros que defendiam as suas terras, o Ibra anteviu, levou o proprietário Sr. José Conrado Mesquita a um entendimento com os posseiros. Houve um início de entendimento, os jornais, inclusive publicaram que dali viria uma solução para este problema de terras. Infelizmente a solução ainda não apareceu. Apareceram sim, pelo que me consta, jagunços armados, dizendo aos posseiros que deveriam deixar a terra, antes que coisa mais grave viesse a ocorrer. Estes homens que lá residem, que têm como seu, senão por direito legítimo, pelo menos por direito natural de quem planta, de quem reside, de quem trabalha, de quem sua no cabo da enxada, estes homens se consideraram pelo menos com direito à sobrevivência e amor àquelas terras, estão dispostos a não deixar aquela área de terras.

Então eu venho, Sr. Presidente, srs. Deputados, fazer um apelo ao Líder do Governo, aos Vice-Líderes que aqui estão, para que entrem, o mais brevemente em contato com a Secretaria de Segurança Pública com o DGTC, com o órgão enfim que tem responsabilidade neste setor, para que se evite outros dramas, uma nova catástrofe dentro desta área de terras, que é próspera, que tem inúmeros proprietários, que tem o sr. Itimura plantando café, já quase no limite da área de terras denominada Ponte Queimada e outros proprietários que lá têm interesses para plantar café, que já pediram inclusive financiamento no IBC e estes posseiros precisam ter, pelo menos as suas melhorias, os seus bens feitos e construídos com sacrifício, respeitados naquelas áreas de terras.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Agradeço a V. Exa., mas quero crer a Casa merece uma informação e eu quero pretender que esta informação redima o Governo do Estado de qualquer culpa que se lhe pretenda imputar quanto à demora na solução dos problemas de terras.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — V. Exa. há de convir que não houve nenhum ataque quanto ao Governo. Estou alertando para Governos futuros.

O Sr. Ivo Tomazoni — Perfeitamente. Nós fomos nesta Casa, eu o Deputado Arnaldo Busato, os Deputados que lutaram muito para que, depois do evento do Decreto Presidencial, que considerava de responsabilidade da União as possessões de terras situadas ao longo de 150 quilômetros da nossa fronteira, de responsabilidade da União, houvesse a formação de um convênio União-Estado, para a criação de uma Comissão mista encarregada de dar solução ao problema de terras. Veja V. Exa. como as coisas não saem como se pretende, ou como gostaríamos que se verificassem. Foi criada uma Comissão mista União-Estado, para dois representantes indicados pelo Ibra e depois pelo DGTC, representantes do Governador. O Convênio assinado pelo Governador com S. Exa. o Sr. Presidente Costa e Silva e que deu origem à constituição da Cofipar, não deu a esta Comissão aquela autoridade que a Comissão necessita ter, a fim de resolver o problema. Então, neste Governo, a preocupação do Dr. Haroldo Leon Peres, no sentido de provocar um reexame do convênio, e eu quero fazer justiça aqui, ao Coronel Clóvis Cunha Viana: 3 viagens a Brasília, conversando constantemente com o Dr. Cavalcanti, Presidente do INFRA e com o Ministro da Agricultura, no sentido de que fosse permitido ao Governo do Estado, considerar a COFIPAR

órgão com autoridade, a exemplo da autoridade que detinha nas mãos o GETSOP, para que à margem desta Comissão fôsse instalado um órgão de desapropriação e colonização.

Estive agora neste fim de semana em Missal, Alto Alegre, Esquina-Gai-cha; naqueles locais conflitados e assisti ali no distrito de Jardinópolis a entrega de 44 títulos definitivos de terras, entregues aos posseiros daquela área.

Não poderia jamais traduzir em palavras o sentimento de apreensão daqueles colonos, quanto à possibilidade de virem a ser reconhecidos como proprietários reais das terras que ocuparam. Não é só na Gleba da Ponte Queimada; na de Sol de Maio, na de Dr. Afonso, são os títulos dos prepo-ntes que estão a exigir soma vultosa, a escurraçar, problema que está afligindo o Governo mas que depende do Governo do Estado, da boa vontade do Presidente do Infra, para a reformulação desta Comissão. Não tem a autoridade senão de fazer vistoria, em última análise, apresentar o problema para decisão do INFRA, que não tem estrutura no Paraná, como o DGTC tem. Quero significar à Casa, o Governador está preocupado; já trouxe ao Paraná o Secretário do Conselho de Segurança Nacional, apenas para discutir este assunto, quando aqui estiverem os membros do INFRA, do Estado Maior das Forças Armadas. Também com ele foi discutido o problema. Quero crer, pela confiança que eu tenho no homem que dirige os destinos do Paraná, que haveremos de encontrar uma solução humana em que os posseiros permaneçam na posse da sua terra, dali tirando a subsistência de seus familiares e ajudando a fazer a grandeza deste Estado.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço o aparte de V. Exa. que veio esclarecer, até certo ponto reforçar o apelo que eu faço, sem nenhum motivo ou razão política, para que os órgãos do Estado acelerem estas providências, porque de nada adiantará a solução surgir por mais justa por mais equânime, por mais cristã que seja, após novos lamentáveis conflitos entre posseiros e outros cidadãos que se dizem verdadeiros proprietários da terra. Trago à Assembléia o problema, apenas porque sinto que é meu dever, como representante do povo e da parcela da população daquela região, levantar o problema sem nenhum outro objetivo senão o de fazer com que o Governo acione rapidamente os seus dispositivos para que este problema venha a ser solucionado o mais breve possível.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem 1 minuto para concluir.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Obrigado. Concedo este minuto a V. Exa. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu declino do aparte, para que V. Exa. conclua o seu discurso.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) V. Exa., me parece, citou aí que o Sr. Itimura, ex-prefeito de Uraí, já estaria plantando café nesta região? Foi isto que V. Exa. afirmou?

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Exato. Não sei bem se já está; sei que existe.

O Sr. Erondy Silvério — Estas terras estão intrusadas, é isto?

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sei que existe interesse do Sr. Itimura em um plano de longo alcance, de plantação de café na área de Matelândia.

O Sr. Erondy Silvério — Ao que nos parece, este Senhor vendeu uma fazenda agora, nesta área, por um preço baixíssimo, a uma autoridade deste Estado. Eu admito que isto tenha sido feito, desde que a área é intrusada, como V. Exa. diz. V. Exa., parece que este foi o sentido, não entendi bem?

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Quero informar a V. Exa. que, segundo me consta, a área do Sr. Itimura, que fica próxima a uma área

de propriedade do Banco do Estado, esta área não está intrusada. Mas sim a área subseqüente, denominada Ponte Queimada, que vai fazer divisa com o distrito de Missal.

Posse do sr. Itimura, cidadão zeloso com relação a sua área de terra, onde existem inúmeras máquinas fazendo o destocamento do terreno e preparando a gleba para o plantio do café. Isto, segundo me consta, nesta área do sr. Itimura e de outro proprietário cujo nome não tenho conhecimento. Tenho fotografias de inúmeras máquinas que estão trabalhando naquela área de terras, máquinas da Café do Paraná. Máquinas alugadas, naturalmente, por aqueles cidadãos para trabalharem suas áreas de terras.

Agradeço a atenção da Casa e gostaria apenas de deixar novamente meu apelo para que as autoridades tomem providências no sentido de impedir a eclosão de novos movimentos de posseiros naquela região, lutando por aquilo que entendem ser seu, por aquilo que conquistaram com seu suor e estão conquistando dia a dia com seu trabalho e com sua luta. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

— 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 182-70, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, cria uma Circunscrição de Trânsito, com sede na Lapa, com jurisdição nos Municípios que especifica. — Pareceres favoráveis da C. C. J., C. P. e C. F. — com Substitutivo. — Aprovado.

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 106-70, de autoria do Dep. Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, com o Município de Quinta do Sol, para estender uma linha de alta tensão ao Distrito de Irapuã. — Pareceres favoráveis da C. C. J., C. F. e C. O. P. T. C. — Aprovado artigo por artigo.

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 225-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Colégio Comercial do Distrito de Cafezal, Município de Iporã. — Parecer contrário da C. C. J. e favorável da C. I. P. e C. F. — Aprovado artigo por artigo.

— 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 81-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que estadualiza para fins de melhoria e conservação a estrada que liga Campo Mourão a Cianorte, passando por Araruna. — Pareceres favoráveis da C. C. J., C. O. P. T. C. e C. F. — com Substitutivo da C. O. P. T. C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI No 81-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Artigo 1o — Fica o Poder Executivo autorizado estadualizar, para fins

de melhoria e conservação, a estrada ligando Campo Mourão a Cianorte, passando por Araruna.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1.970.

a) Dep. Paulo Poli.

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei que visa estadualizar o trecho de estrada que liga Campo Mourão a Cianorte passando por Araruna, tem como finalidade propiciar àquela região uma estrada em melhores condições de tráfego interligando aqueles Municípios.

Na expectativa do apoio dos nobres Pares, para o progresso de Araruna, solicitamos a aprovação do presente plano de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 81-70

Autor: Dep. Paulo Poli.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar, para fins de melhoria e conservação, a estrada ligando Campo Mourão a Cianorte, passando por Araruna.

P A R E C E R

1 — De autoria do nobre Deputado Paulo Poli, visa o Projeto em exame autorizar o Poder Executivo a estadualizar, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga Campo Mourão a Cianorte, passando por Araruna.

2 — A proposição vem articulada e devidamente justificada, atendendo, desta forma, o que preceitua o Regimento Interno.

3 — Nos termos em que a mesma está redigida, verifica-se ser mera autorização legislativa, razão pela qual não fere dispositivo, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal. Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

4 — Face a tais circunstâncias, somos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 8 de junho de 1.970.

aa) Emílio Carazzai - Presidente. — Paulo Camargo - Relator. — Alencar Furtado. — Paulo Poli. — Antônio L. Júnior. — Ivo Tomazoni. — Fuad Nacli.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 81-70

A iniciativa do deputado Paulo Poli, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga Campo Mourão a Cianorte, passando por Araruna. A medida se justifica pelo fato de dar melhores condições de tráfego entre Municípios. Contudo, por razões técnicas, o nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Substitutivo abaixo:

S U B S T I T U T I V O

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar, para fins de melhoria e conservação, a estrada ligando Campo Mourão - Araruna - São Lourenço e Cianorte.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em... de junho de 1971.

aa) Lázaro Dumont - Presidente. — Hélio Manfrinato - Relator. — Borsari Netto. — Gilberto Carvalho.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 81-70

O nobre Deputado Paulo Poli, com seu elevado espírito público, busca, com a presente proposição, autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga Campo Mourão à Cianorte.

Opinamos pela aprovação do presente projeto de Lei, que não fere nenhum princípio de ordem financeira, face ao seu caráter meramente obrigatório.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet - Presidente. — Santos Lima - Relator. — Paulo Poli. — Maurício Fruct.

— 1ª. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 277-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Serra Dourada, Distrito de Umuarama. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. com Substitutivo da C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 277-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Serra Dourada, Distrito de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1970.

a) Dep. Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

A criação de escolas é a semeadura para as gerações vindouras. Uma das principais funções dos poderes públicos é propiciar a infra-estrutura material, mas também a espiritual. Essa se faz mediante a disseminação das escolas, razão porque estamos propondo a consideração dos nobres deputados a criação de um ginásio, que é o primeiro degrau para a abertura dos caminhos à juventude.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 277-70

Autor: Dep. Wilson Fortes

P A R E C E R

I — Está, o projeto, em perfeita consonância com os ditames legais e constitucionais, não existindo nada que possa contrariar a medida pretendida.

II — Nosso parecer é favorável à aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1971.

aa) Muggiati Filho - Presidente. — Em exercício. — Emílio Carazzai - Relator. — Arthur de Souza. — Gilberto Carvalho. — Acyr José.

— Igo Losso.

PROJETO DE LEI N.º 277-70

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Súmula: Projeto n.º 277-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, criando Ginásio Estadual.

P A R E C E R

1 — Por entendermos que a criação de estabelecimentos escolares é de alçada do Chefe do Poder Executivo, sugerimos que seja adotado o seguinte **Substitutivo**, pelo qual nos manifestamos favoráveis:

SUBSTITUTIVO

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Ginásio Estadual de SERRA DOURADA, Distrito de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 30 de junho de 1971.

(aa) **Antônio Lopes Júnior** — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Acyr José

Francisco Escorsin

Arizone Araújo

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 277-70

P A R E C E R

1.) Apresentado pelo nobre Deputado Wilson Fortes, o Projeto de Lei em exame objetiva criar o Ginásio Estadual de Serra Dourada, Distrito de Umuarama.

2.) Nosso parecer é pela aprovação da matéria na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Instrução Pública.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

(aa) **Leopoldo Jacomel** — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Santos Lima

Paulo Poli.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 53-71, de autoria do Dep. Arthur de Souza, que transfere a pensão mensal concedida a Joana Paz de Oliveira, pela Lei n.º 1.897, de 6.5.54, à sua filha solteira Soely Paz de Oliveira. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 53-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Decreta:

Art. 1.º — Fica transferida a pensão mensal concedida a Joana Paz de Oliveira, pela Lei n.º 1.897, de 6 de maio de 1951, à sua filha solteira Soely Paz de Oliveira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1971.

(a) **Dep. Arthur de Souza**

JUSTIFICATIVA:

Com o falecimento da senhora Joana Paz de Oliveira, sua filha solteira Soely Paz de Oliveira, com mais de 60 anos de idade e sem recurso próprio para sobreviver, vem passando sérias dificuldades financeiras, razão pela qual achamos justo lhe seja transferida a pensão mensal que vinha sendo recebida por sua mãe.

Estamos certos que o presente plano de Lei, receberá o apoio de nossos pares nesta Casa Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 53-71

Autor: Dep. Arthur de Souza.

Súmula: Transfere a pensão mensal concedida a Joana Paz de Oliveira, pela Lei n.º 1.897, de 6.5.51, à sua filha solteira Soely Paz de Oliveira.

P A R E C E R

1) A Proposição ora em exame vem articulada e justificada, nos termos em que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) O objeto do Projeto em questão é humano, justo é oportuno, pois vem em socorro de pessoas, segundo os documentos que o acompanham, realmente necessitada.

Quanto ao aspecto da oportunidade, que a esta Comissão cabe deter-se com mais detalhe, entendemos que a justificativa do seu Autor, por si só, convence-nos amplamente.

3) Assim, pois, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de julho de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Maggiati Filho

Arthur de Souza

Cândido Martins de Oliveira

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92-71, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao ancião Valentin Beck. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N.º 92-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) ao ancião Valentin Beck, que no dia 30 de julho de 1937, em ato heroico, deteve espontaneamente um bonde completamente lotado, que após atropelar uma criança, desgovernado, estava na iminência de grave acidente com muitas mortes, oportunidade em que devido a sua coragem foi atingido, ficando inválido.

Art. 2.º — Na hipótese de falecimento do beneficiário a pensão será transferida para a esposa.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1971.

(a) Dep. Igo Iwant Losso.

JUSTIFICATIVA:

O texto do projeto de lei que ora submetemos a apreciação dos Nobres Pares, por si só, diz bem do espírito de reconhecimento público e humanitário que caracteriza a proposição.

A farta documentação junto a este projeto, constituída de:

- a) Declaração da Companhia Força e Luz do Paraná;
- b) Certidão da Delegacia de Polícia do Terceiro Distrito;
- c) Atestado médico de especialista, confirmam objetivamente o que afirmamos.

Embora o seu ato heróico de salvar dezenas de vidas lhe tenha inutilizado completamente a saúde, o Sr. Valentin Beck nunca pleiteou oficialmente qualquer recompensa financeira, tendo só recebido as manchetes e honras do grande feito. Sempre viveu as suas próprias expensas, trabalhando como técnico de máquinas de costura, embora sua precária condição de saúde.

Agora, já idoso, com 68 anos, não pode mais trabalhar e, juntamente com sua esposa, pois não possui filhos, passa por momentos difíceis.

Esta é a razão pela qual, submetemos a apreciação dos Nobres Pares, esta justa proposição, que temos certeza merecerá o apoio da Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 92-71

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) ao ancião Valentin Beck.

P A R E C E R

Pretende o deputado Igo Iwant Losso, através de lei autorizatória que se institua pensão em favor do ancião Valentin Beck.

A justificativa convence de pleno. O caráter de simples autorização não vicia a proposição.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1971.

(aa) Maggiati Filho — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Emílio Carazzai

Gilberto Carvalho

Sebastião R. Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 92-71

1) Pretende o nobre Deputado Igo Iwant Losso, com o Projeto de Lei em exame, seja concedida autorização ao Poder Executivo para doar uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 ao ancião Valentin Beck.

2) A justificativa do autor nos convence da necessidade e oportunidade de ser concedida a pensão, pois a pessoa a ser beneficiada inutilizou sua saúde ao praticar um ato heróico, como bem demonstra documentação anexa ao projeto.

Pela aprovação é o Parecer.

Sala das Reuniões, em julho de 1971.

(aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Paulo Poli — Relator

Santos Lima

Maurício Fruct

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos ao Sr. Prefeito Municipal de Paranavaí, pela instalação do “Tiro de Guerra” naquela cidade. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 97-71. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 8.º aniversário da fundação da TV Coroados, da cidade de Londrina. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do “Dia do Radialista”. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja transferida para amanhã a discussão do requerimento que pede C.P.I. para averiguar possíveis deficiências funcionais no DETRAN. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações com a Direção e Corpo Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, bem como o Prefeito de Paranavaí, pelo reconhecimento do Governo Federal da mesma Faculdade. — Aprovação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de agradecimento ao Comandante da 5.ª Região Militar, pelas gestões por ele desenvolvidas junto ao Ministério do Exército. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e de Alcool do Estado de São Paulo, no sentido de que envide esforços para que seja localizada em Jacarézinho a seção de empacotamento do açúcar cristal. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs.: 106-70, 225-70;
- 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 81-70 — 277-70 — 53-71 — 92-71;
- 1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs.: 68-71 e 81-71.

Levanta-se a sessão.